



JORNAL

FENAJUFE EM PAUTA

15ª EDIÇÃO | DE 24 A 28 DE MARÇO DE 2025 | ANO 2



20 M DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO



Ditadura nunca mais
Nossa solidariedade à
Federación Judiciales
Argentina PÁG. 2

Conquista garantida
Após intensa mobilização,
PGR publica portaria do
auxílio-alimentação no MPU PÁG. 6

Representação
Fenajufe requer assento no
comitê de gestão de pessoas
da Justiça Eleitoral PÁG. 11

E mais...

49 anos do golpe militar

Fenajufe se solidariza com a Federación Judiciales Argentina

A Federação reforça o compromisso inabalável com os direitos humanos e com a memória das vítimas das ditaduras na América Latina



No dia 24 de março de 2025, a Argentina relembrou o 49º aniversário do golpe militar de 1976, que instaurou uma das ditaduras mais severas da América Latina. Dezenas de milhares de pessoas se reuniram na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, para homenagear os desaparecidos e vítimas do regime, reafirmando o compromisso com os princípios de “Memória, Verdade e Justiça”.

As manifestações deste ano ganharam uma dimensão especial diante das políticas controversas do governo atual, liderado pelo presidente Javier Milei, que tem sido acusado de promover um discurso negacionista em relação aos crimes cometidos durante a ditadura. Um vídeo institucional divulgado pelo

governo relativizou as violações de direitos humanos do período, gerando forte reação de setores sociais e políticos.

Em resposta, organizações de direitos humanos, como as Mães e Avós da Praça de Mayo, lideraram a marcha, reforçando a urgência de preservar a memória histórica e seguir a luta por justiça. A mobilização também denunciou tentativas de equiparar os crimes das forças armadas aos de grupos de resistência da época, uma narrativa rejeitada por quem defende os direitos humanos.

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) expressa sua total solidariedade ao

povo argentino e às entidades, especialmente nossa co-irmã FJA – Federación Judiciales Argentina, que enfrentam diariamente a tentativa de apagar ou distorcer a verdade histórica. Reafirmamos nosso compromisso inabalável com os direitos humanos e com a memória das vítimas das ditaduras na América Latina.

É preciso dizer com todas as letras: Anistia, não! Os militares que perpetraram os crimes hediondos da ditadura de 1964-1985 são os mesmos que tentaram um golpe de estado após o resultado das eleições de 2022. É inadmissível anistiar aqueles que novamente atacam a democracia e a soberania. O Brasil tem uma dívida com as famílias dos

mortos e desaparecidos da ditadura e qualquer ideia de anistia é perpetuar a injustiça, permitindo que a democracia esteja sempre em risco!

Não há reconciliação possível sem justiça. A história deve ser lembrada e contada em sua totalidade — sem revisionismos, sem silenciamentos, sem relativizações.

Neste momento de reflexão e resistência, unimos nossas vozes às dos nossos irmãos e irmãs argentinos e gritamos juntos, com força e esperança: Nunca mais!

Diretoria Executiva da Fenajufe

EXPEDIENTE

Supervisão - Coordenação de Imprensa e Comunicação

Luciana Carneiro
Fernanda Lauria
Márcia Pissurno

Projeto Gráfico - Paula Morena

Logotipo - Rap Design

Textos - Fernanda Miranda, Joana Darc Melo e Raphael de Araujo

Fotos - Fernanda Miranda, Joana Darc Melo e Raphael de Araujo

Colaboração: Ana Carolina Rubo, estagiária da Fenajufe

Fenajufe - Federação Nacional dos Trabalhadores do

Judiciário Federal e Ministério Público da União *Joana Darc Melo*

Endereço - SCS, Quadra 2, Bloco “C”, Edifício Serra Dourada, 3º Andar, salas 312 à 318 70300-902

Telefone - (61) 3962 - 8925

E-mail - imprensa@fenajufe.org.br

Forte atuação da Fenajufe garante reajuste do auxílio-alimentação acima da inflação



Aumento de 22,19% é resultado do trabalho da Federação no Legislativo e nos órgãos do PJU

Após meses de articulação política no Congresso Nacional e junto às administrações dos tribunais, a Fenajufe conquistou mais uma vitória para os servidores e servidoras do PJU: o reajuste do auxílio-alimentação foi concretizado com um aumento de 22,19%. A portaria conjunta nº 03/2025, publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nesta terça-feira (25), eleva o valor do benefício de R\$ 1.460,40 para R\$ 1.784,42, superando a inflação e garantindo um aumento digno para a categoria.

Vale destacar que esse reajuste acima da inflação é resultado de um intenso trabalho legislativo da Federação durante a tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024. A Fenajufe atuou para suprimir um artigo do PLDO que limitava esses reajustes ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A emenda foi apresentada pelo deputado Reimont (PT/RJ), a pedido da Fenajufe, com apoio de outros parlamentares, e por meio dela, foi possível aprovar a LDO sem as restrições orçamentárias.

Logo após, a Federação enviou ofícios aos tribunais e conselhos su-

periores solicitando o reajuste dos benefícios, conforme a LDO. Contudo, em 3 de fevereiro deste ano, o CNJ publicou um reajuste de apenas 4,83% (R\$ 67,30), o que foi amplamente criticado por não acompanhar a inflação dos alimentos, ao contrário do que foi concedido aos servidores do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em 12 de fevereiro, a Federação se reuniu com o diretor-geral do STF, Eduardo Toledo, para reforçar a necessidade de um reajuste condizente com a realidade econômica. O diretor reconheceu a reivindicação, explicando que o reajuste anterior havia sido baseado na equiparação com os valores pagos aos servidores do Congresso Nacional. A Fenajufe, no entanto, continuou firme em sua demanda e, ao ser anunciado o reajuste do auxílio-alimentação de 22,19% para os servidores do Senado, solicitou formalmente a todos os tribunais superiores e ao MPU que o mesmo percentual fosse aplicado aos(as) servidores(as) do PJU. Primeiro, o STF acolheu o pedido e, em seguida, os demais tribunais, por meio da portaria conjunta.

A luta continua

O reajuste do auxílio-alimentação é um dos pontos da pauta nacional de reivindicações da categoria, que foi formalmente enviada ao presidente do STF, Luís Roberto Barroso e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Diante da conquista do reajuste do auxílio, agora a Fenajufe concentra seus esforços para que outras reivindicações também sejam atendidas, como a implementação da reestruturação da carreira, com a redução da diferença salarial entre cargos, seguindo o modelo de 100-85-70; ciclo de gestão; recomposição das perdas inflacionárias dos salários; além do Adicional de Qualificação (AQ) aprovado no Fórum de Carreira do CNJ, entre outros pontos, conforme resolução aprovada nas plenárias de Belém e Natal pela categoria.

Fernanda Miranda

Fenajufe se reúne com vice-presidente do CSJT e conselheiros para tratar de auxílio-saúde e indenização de transporte

Os temas estarão na pauta da sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho do dia 31

A Fenajufe esteve reunida na tarde de terça-feira (25), com o vice-presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Mauricio Godinho Delgado e com os conselheiros, ministra Maria Helena Mallmann e ministro Cláudio Mascarenhas Brandão. As reuniões trataram do auxílio-saúde e da indenização de transportes dos oficiais e oficiais de justiça. Os temas estarão na pauta da sessão do Conselho do dia 31.

Participaram a coordenadora Luciana Carneiro e o coordenador Paulo José. Além deles, as reuniões foram acompanhadas pela advogada Bruna Sandim e João Marcelo (AJN – Cezar Britto Advocacia).

Em um primeiro momento os dirigentes se reuniram de forma virtual com o ministro conselheiro Cláudio Mascarenhas Brandão; em seguida, a ministra Maria Helena Mallmann atendeu a Federação. Por último, o vice-presidente Godinho recebeu os dirigentes em seu gabinete.

Auxílio-saúde

Durante as reuniões, a Fenajufe reforçou a reivindicação por isonomia no



auxílio-saúde entre servidores e magistrados, além de questionar os Atos nº 16, 17 e 18 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que estabeleceram “novas regras” para o benefício causando prejuízos aos servidores e servidoras da Justiça do Trabalho.

A Federação cobrou uma isonomia no pagamento do auxílio-saúde, uma vez que os magistrados receberam um piso mínimo de 8%, enquanto o(as) servidores(as) ficaram sujeitos a um teto de apenas R\$ 546, o que gerou uma injusta disparidade entre a magistratura e servidores e servidoras.

A fixação desse teto foi uma das diversas mudanças impostas pelos atos do CSJT. Além disso, foi suspensa a previsão de acréscimo de 50% no reem-

bolso para servidores com deficiência, doenças graves, acima de 50 anos ou com dependentes nessas condições, o que agrava ainda mais a situação.

Indenização de Transporte (IT) dos Oficiais de Justiça

Outro ponto debatido foi a falta de reajuste na indenização de transporte dos oficiais de justiça, que não sofre majoração desde 2022. Os conselheiros ouviram com atenção as questões levantadas e comprometeram-se a analisar a situação de forma detalhada.

A AJN apresentou argumentos técnicos e jurídicos sobre os dois temas:

quanto a IT, explicou que a reivindicação é para que o valor da indenização seja, no mínimo, equiparado ao valor fixado na Justiça Federal, que atualmente é de R\$ 2.289,21, valor que foi recentemente atualizado. Já sobre o auxílio-saúde, pediu a implementação do reembolso do benefício conforme previsto na Resolução 500/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Por fim, o vice-presidente e os conselheiros destacaram dificuldades orçamentárias na Justiça do Trabalho, mas ouviram com atenção as questões apresentadas com a promessa de avaliar cuidadosamente os temas.

Fernanda Miranda



Reunião da Frente Parlamentar do Serviço Público reforça atuação em defesa do RJU

Encontro orientou busca de assinaturas em apoio à tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC) pela revogação da EC-19/98.

A Fenajufe esteve presente na reunião semanal da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, ocorrida na segunda-feira (24).

Participaram as coordenadoras Luciana Carneiro, plantonista da semana e Soraia Marca, representando seu sindicato de base (Sisejufe/RJ). O presidente da Assejus e membro da Comissão Pró-Fenajufe no Distrito Federal (CPF- DF), Fernando Freitas também acompanhou.

O encontro virtual tratou de dois pontos prioritários da pauta do funcionalismo público; Regime Jurídico Único e previdência dos servidores (PEC-06/24). Os temas são de grande relevância e devem permear a luta das categorias do serviço público ao longo do ano.

Sobre o RJU, a reunião alertou sobre a necessidade de as entidades atuarem em defesa deste regime de contratação, uma vez que está sendo ameaçado de extinção desde o

juízo do STF em novembro de 2024. Na ocasião, a Suprema Corte decidiu pela improcedência da ADI 2135, que questionava pontos da reforma administrativa (EC -19/98).

A decisão abre caminho para a reforma administrativa trazendo o fim da estabilidade e o retorno da ingerência política no funcionalismo, promovendo precarização entre outros desmantelos. A reunião ressaltou ainda, sobre a importância de as entidades levarem o debate da defesa do Regime Jurídico Único para seus estados de origem.

Outro ponto destacado, é para que as entidades do funcionalismo atuem de forma intensa em busca de assinaturas para avançar com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), elaborada pela deputada Luciene Cavalcante (PSOL/SP) que trata da revogação da emenda constitucional e reafirmar o Regime Jurídico Único. Para a tramitação são necessárias 172 assinaturas.

Passos para proceder a assinatura

1. Fazer login no sistema InfolegAutenticador;
2. Clicar na aba "Aguardando assinatura";
3. Clicar em "Apoio" no centro da tela;
4. Selecionar o documento com o código CD248499570100;
5. Clicar no botão verde "Ações", no centro da tela, e em seguida clicar em "Incluir Assinatura";
6. Ou assine pelo link: <https://infolegmovel.page.link/4wFyRYUVvj-5f6LdY9>

Já referente à PEC 06/2024, o apelo é para continuar a busca pelas assinaturas de parlamentares que sejam favoráveis ao apensamento da proposição à PEC- 555/06. Até o

momento foram protocolados 236 requerimentos com o pedido.

A PEC busca atualizar alguns aspectos da PEC 555, entre eles a contribuição previdenciária de servidoras e servidores aposentados e pensionistas com redução de 10% ao ano — a partir dos 66 anos para homens e 63 anos para mulheres — sendo totalmente dispensada quando o titular atingir 75 anos, independentemente das circunstâncias.

O ex- presidente da Câmara, Arthur Lira, havia prometido pautar o tema quando alcançasse o total de 300 assinaturas. Até o momento não se sabe qual o posicionamento do atual presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre o tema.

Joana Darc Melo

Auxílio-alimentação

Após intenso trabalho da Fenajufe, PGR publica portaria dos servidores do MPU

Medida entrou em vigor no dia 1ª de abril; reajuste de 22,19% supera a inflação

A Fenajufe conquistou mais uma vitória para as servidoras e servidores do Ministério Público da União (MPU): com o reajuste de 22,19%, o auxílio-alimentação foi fixado em R\$1.784,42, superando a inflação. A Portaria nº 17/2025 publicada na quarta-feira (26) equipara o benefício ao valor praticado no PJU, no Tribunal de Contas da União (TCU) e no Senado Federal, conforme solicitação da Federação. A medida passou a valer a partir de 1º de abril.

Em janeiro, a Federação oficiou órgãos do MPU e PJU solicitando a equiparação do valor do auxílio-alimentação dos servidores e servidoras ao valor praticado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A solicitação baseia-se na Portaria-TCU nº 182, de 23 de dezembro de 2024, que fixou o benefício em R\$ 1.784,42. Após a publicação da portaria do PJU na segunda-feira (25), a Fenajufe enviou ofício novamente reiterando pedido de equiparação.

Vale destacar que esse reajuste acima da inflação é resultado de um intenso trabalho legislativo da Federação durante a tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024. A Fenajufe atuou para suprimir um artigo do PLDO que limitava esses reajustes ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A emenda foi apresentada pelo deputado Reimont (PT/RJ), a pedido da Fenajufe, com apoio de outros parlamentares, e por meio dela, foi possível aprovar a LDO sem restrições orçamentárias.

O reajuste do auxílio-alimentação é um dos pontos da pauta nacional de reivindicações da categoria, que foi protocolada na Procuradoria-Geral da República no último 20 de março. Agora, com mais essa conquista, o objetivo da Federação é trabalhar para que as outras demandas dos(as) servidores(as) do MPU também sejam atendidas.

Ana Carolina Rubo - Estagiária da Fenajufe
Supervisão: Fernanda Miranda



SIGA NOSSAS
**REDES
SOCIAIS**
ENÃO PERCA
NENHUMA
novidade



@fenajufe

www.fenajufe.org.br

Fenajufe cobra isonomia no auxílio-saúde e antecipação da folha de abril em reunião com presidente do CSJT

Na reunião foi entregue ao ministro um memorial que contesta os atos do CSJT que estabelecem tratamento desigual no benefício



A Fenajufe esteve reunida na segunda-feira (24) com o presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Aloysio Corrêa da Veiga, para tratar de dois temas fundamentais para os servidores e servidoras da Justiça do Trabalho: a regulamentação do auxílio-saúde e a antecipação da folha de pagamento de abril de 2025, em razão do calendário de feriados no mês. A reunião foi um convite do Sindiquinze/SP e do Sisejufe/RJ, sindicatos de base da Federação.

Representaram a Federação a coordenadora-geral Lucena Pacheco Martins, a coordenadora de Finanças Soraia Garcia Marca e o assessor institucional, Alexandre Marques.

Na reunião, foi entregue ao ministro um memorial que contesta os Atos CSJT nº 16, 17 e 18/2025, que estabelecem tratamento desigual entre magistrados e servidores no reembolso do auxílio-saúde. Os atos garantem aos magistrados um piso de 8% do subsídio, enquanto limitam os servidores a um valor per capita fixo de R\$ 546,00, sem considerar idade, condição de saúde ou a manutenção dos valores hoje praticados por muitos TRTs.

A Fenajufe argumentou que essa diferenciação rompe com a lógica da isonomia, afronta os princípios constitucionais da legalidade e da moralidade administrativa, e pode acarretar um retrocesso concreto aos servidores, especialmente os mais vulneráveis. Foi

defendida a implementação da Resolução CNJ nº 500/2023, que amplia os critérios de proteção assistencial para todos os beneficiários, e a criação de um regime de transição para evitar perdas imediatas com a nova regulamentação.

Também foi pauta da reunião o pedido de antecipação dos recursos para pagamento da folha de abril, diante do feriado da Semana Santa e de Tiradentes. Com previsão de repasse apenas em 22 de abril, o pagamento ocorreria somente no dia 23, deixando a categoria sem vencimentos durante todo o feriado prolongado. A Fenajufe solicitou que o pagamento seja realizado até o dia 15 de abril.

A Fenajufe, inclusive, já havia protocolado ofício junto ao CSJT na terça-feira (25) solicitando a antecipação da folha de pagamento.

O ministro Aloysio demonstrou atenção às demandas e informou que deverá ter uma definição sobre a antecipação ainda nesta quarta-feira (26).

A Fenajufe segue firme na defesa da valorização dos servidores e servidoras do Judiciário Federal e do MPU, cobrando tratamento isonômico, respeito aos direitos já consolidados e transparência na gestão dos recursos públicos.

Imprensa Fenajufe

20M



DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO LEVA CENTENAS DE SERVIDORES ÀS RUAS EM TODO O PAÍS



Em alguns estados, houve paralisação de 24 horas; categoria busca valorização salarial e da carreira

Em dia nacional de mobilização, ocorrido no dia 20, a Fenajufe realizou ato em frente à Procuradoria Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal. A ação foi parte das atividades que aconteceram em todo o país nessa data. O objetivo foi chamar atenção dos gestores dos órgãos para avançar com a pauta de reivindicações da categoria.

Os atos e mobilizações ganharam as ruas de várias capitais com participação expressiva de servidores (as). Em Brasília, após a movimentação no STF e PGR, os coordenadores plantonistas da semana, Soraia Marca e Fábio Sabóia, rerepresentaram a pauta de reivindicações no protocolo de cada órgão.

O apelo maior da categoria é para que a Suprema Corte encaminhe o projeto de reestruturação da carreira ao Congresso Nacional e inclua os servidores no orçamento do judiciário.

Servidoras e servidores buscam pela aprovação do texto do Plano de Cargos e Salários aprovado nas plenárias de Belém e Natal e discutido ao longo do ano de 2024 no Fórum de Gestão e Carreira do CNJ. Os manifestantes buscam valorização salarial e da carreira.

Nos estados, os sindicatos Sindjus/AL, Sitraam/AM, Sindjufe/BA, Sintrajufe/CE, Sintrajufe/PE, Sisejufe/RJ, Sinjuspar PR, Sinjutra/PR, Sintrajusc/SC, Sindjufe/MS, Sintrajufe /PI Sintrajud/SP, Sitraemg/MG, Sindiquinze/SP e Sintrajufe/RS atenderam ao chamado da Fenajufe e realizaram várias ações e mobilizações. Em alguns estados além de atos, houve paralisação de 24 horas.

Em São Paulo, a paralisação de 24h foi forte nas justiças do Trabalho e Eleitoral na capital, Grande São Paulo e Baixada, e teve boa adesão em subseções da Justiça Federal no interior do

estado. Em Campinas, servidores (as) realizaram ato em frente ao Fórum, antes da atividade unificada que ocorreu na capital.

No Rio Grande do Sul a categoria demonstrou uma grande disposição de luta aderindo ao dia nacional de mobilização convocado pela Fenajufe. Mais de 300 servidores(as) foram às ruas na capital gaúcha e nos estados.

Minas Gerais também houve atos e paralisação de 24 horas. Servidores (as) da capital mineira dos três ramos da justiça aderiram ao movimento. No Ceará, servidores e servidoras da Justiça Federal no Ceará (JFCE) paralisaram suas atividades por 24 horas em todas as unidades do estado. A mobilização contou com a participação ativa de mais de 130 servidores(as), tanto de forma presencial quanto virtual.

Outro estado que optou pela greve de 24h foi a Bahia. Em ato unificado, servidores das justiças do Trabalho, eleitoral e Federal se uniram em atos e mobilização, paralisando as atividades durante todo o dia 20. A greve teve adesão de vários setores da capital baiana e dos estados.

Nos outros estados citados, a mobilização teve participação expressiva de servidores e servidoras.

Na avaliação geral dos dirigentes dos sindicatos de base, a unidade faz toda a diferença e somente com essa unidade, a categoria alcançará vitória. Para a Fenajufe, essa insatisfação de toda categoria poderá avançar e desencadear o desejo de uma grande mobilização em 2025.

A Federação aguarda retorno do presidente do Supremo Tribunal Federal (ministro Luís Roberto Barroso) e da Procuradoria Geral da República, (procurador-geral da República, Paulo Gonet) sobre o pedido de audiência para tratar da pauta o mais breve possível.

Joana Darc Melo





Fenajufe participa de sessão solene na Câmara em homenagem aos oficiais e oficiais de justiça

Solenidade ocorreu no plenário Ulysses Guimarães em razão do dia nacional celebrado em 25 de março

A Fenajufe e os sindicatos de base estiveram no plenário da Câmara dos Deputados, na manhã da quarta-feira (26), e participaram de sessão solene em homenagem aos oficiais e oficiais de justiça. O evento contou com a presença da oficiala Maria Sueli Sobrinho, que foi agredida enquanto exercia seu trabalho, em Ibitiré, Belo Horizonte (MG), no Dia Internacional da Mulher.

Participaram as coordenadoras Luciana Carneiro, Márcia Pissurno, Paula Meniconi e os coordenadores Paulo José da Silva, Leopoldo de Lima, além do assessor institucional Alexandre Marques e do coordenador licenciado

da Federação Thiago Duarte. Da base, representantes do SitraAM/RR, Sindisétima/CE, Sintrajud/SP, Sindiquinze/SP, Sindjufe/MS, Sinjufego/GO, Sisejufe/RJ, Sitraemg/MG e Sintrajurn/RN e Sintrajuf/PE.

A oficiala Maria Sueli Sobrinho agradeceu o apoio recebido e reforçou a importância da aprovação do destaque ao PL 4015/2023 – que reconhece como de risco permanente as atividades dos oficiais de justiça.

Vagner Oscar de Oliveira, oficial de justiça do trabalho, presidente da Assojaf 15 e representante de base do Sindiquinze/SP, fez uso da palavra e destacou o trabalho fundamental do oficial de levar justiça até a população.

O deputado Alencar Santana (PT-SP), por sua vez, lembrou do empenho da Fenajufe (contando com a participação dos oficiais) na luta contra a

reforma administrativa (PEC 32/20) – e também para a aprovação do último reajuste da categoria.

Durante a solenidade, presidida pelo deputado Coronel Meira (PL-PE), inúmeros parlamentares participaram e fizeram questão de se pronunciar defendendo a justiça do destaque.

O deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara, foi categórico ao afirmar que o governo federal é a favor da pauta dos oficiais de justiça e se comprometeu com a aprovação.

Raphael de Araújo



LEIA O QR CODE E
ASSISTA A SESSÃO
NA ÍNTEGRA



Fenajufe solicita assento no comitê de gestão de pessoas da Justiça Eleitoral

Comitê foi aprovado no encontro nacional de secretários(as) de gestão de pessoas (SGPs) da JE

A Fenajufe requereu, na quinta-feira (27), assento no Comitê de Gestão de Pessoas da Justiça Eleitoral, cuja a criação foi aprovada no encontro nacional de secretários(as) de gestão de pessoas (SGPs) da JE. O evento foi realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024, na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De acordo com o relatório do encontro dos SGPs, o comitê será composto por um titular da SGP/TSE e titulares da SGP de cinco TRE's, eleitos representantes de cada região do País. A Fenajufe defende que os comitês sejam compostos para além da representação das administrações.

No ofício encaminhado ao diretor-geral do TSE, Miguel Ricardo de Oliveira Piazzzi, a Fenajufe ressaltou que é de suma importância que os servidores e servidoras tenham representação nesse novo espaço deliberativo a ser criado, "pois eles serão afetados diretamente pelas questões ali tratadas e formuladas".

Para a Federação, é imprescindível a participação da entidade que representa nacionalmente todos(as) os(as) servidores e servidoras da Justiça Eleitoral e tem a estrutura adequada para contribuir efetivamente com as discussões.

Reunião no TSE

No início de março, a Fenajufe foi recebida pelo DG e levou preocupação com o relatório elaborado após o encontro dos SGPs: dentre outras questões, trata da prospecção de ações para mitigar ou sanar a insuficiência da força de trabalho. Para a Federação, na prática, as sugestões promovem um desmonte da estrutura da Justiça Eleitoral.

Raphael de Araújo



FOZ DO IGUAÇU — ABRIL/2025

12º Congrejufe

